POLÍTICA

politica@correiodoestado.com.br

PROPINA

Deputado só defende devolução de verba se houver provas de prejuízos

CPI investigará o pagamento de mensalão da Enersul para 35 políticos e empresários

ZANA ZAIDAN

Pré-candidato à presidência da CPI do Mensalão da Enersul, o deputado Paulo Correa (PR) defende que os R$ 700 milhões supostamente desviados dos cofres da empresa sejam devolvidos somente se a investigação constatar que houve prejuízo na conta de luz paga pelos consumidores. O parlamentar diz, ainda, não ter posicionamento sobre a reposição do dinheiro, que teria sido pago em forma de propina para 35 políticos e empresários do Estado.

"O dinheiro tem que ser devolvido para o consumidor. Se for constatada má gestão da empresa e essa má gestão teve impacto na tarifa [de energia], nem que seja um centavo, vamos querer de volta, assim como foi na primeira CPI da Enersul, que devolveu R$ 200 milhões à população", afirma Paulo Correa. Sobre a lista de beneficiários do esquema, o deputado pondera que é preciso mais informações, antes de levantar qualquer bandeira.

"A empresa é privada, não podemos simplesmente legislar sobre como ela gasta o dinheiro. Se não houve [impacto na tarifa], aí é outra postura para tratar desta lista [de 35 beneficiários]. Cabe ao Ministério Público, à Aneel [Agência Nacional de Energia Elétrica]", continua.

Auditoria realizada pela empresa PwC Brasil e que motivou o deputado Marquinhos Trad (PMDB) a pedir abertura da CPI, constatou golpe de R$ 700 milhões nas finanças da Enersul e que parte do dinheiro, R$ 185,3 milhões, seria destinada a uma folha de pagamento paralela da empresa, com critérios subjetivos para escolher os favorecidos.

PRESSÃO

A pressão dos deputados é para que Marquinhos Trad libere a lista. Paulo Correa, como pré-candidato à presidência, por exemplo, diz não opinar sobre sanções a estes beneficiários até que a relação de nomes seja divulgada. "Até hoje, não vi um documento. O Marquinhos tem que mostrar para gente, não podemos trabalhar em cima de especulação", acrescenta Beto Pereira (PDT).

Marquinhos alega que a auditoria constatou a existência da folha de pagamento, mas que ele também não teve acesso ao documento. Cobrar a lista da Energisa será um dos principais objetivos dele durante a CPI, assegura o deputado.

Os líderes de bancada da Assembleia Legislativa já indicaram os respectivos representantes para a comissão. Onevan de Matos foi indicado para a vaga do PSDB (que originalmente seria de Rinaldo Modesto), Marquinhos Trad com a do PMDB e Pedro Kemp com a do PT. Somente o blocão parlamentar, cujo líder é Paulo Correa, deixou para anunciar seus dois indicados após reunião da bancada, na manhã de hoje (31). Os nomes dos cinco integrantes serão oficializados após o resultado dessa reunião, durante a sessão da Casa.

Escolhidos os integrantes, os cinco deputados elegem o presidente e relator da CPI. Nos bastidores, no entanto, estaria acertado para Paulo Correa ficar com o primeiro cargo e Beto Pereira, o segundo deputado do blocão, com a relatoria.

O que os deputados garantem é que a CPI da Enersul não acabará em pizza. "Nenhuma CPI que eu fui presidente acabou em pizza. A do Leite, do Previsul e a primeira da Enersul", numerou Paulo Correa. "Se eu estiver na CPI, cumprirei meu dever de investigar com total isenção. Não é do meu feitio colocar as coisas debaixo do tapete", afirma Beto Pereira.

DIVULGAÇÃO

POSIÇÃO. Para Paulo Correa, candidato a presidente da CPI, dinheiro terá de ser devolvido a consumidor

> "O PMDB quer que tudo seja apurado, assim como todas as lideranças do nosso partido. O ex-governador André Puccinelli, nossos senadores Waldemir Moka e Simone Tebet e todos os deputados da nossa bancada"
>
> **Eduardo Rocha,** deputado estadual

Governador pede cautela e responsabilidade nas investigações da CPI

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) pediu "cautela" na condução dos trabalhos da CPI da Enersul, afirma o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Junior Mochi (PMDB). Segundo Mochi, Azambuja participou da reunião com os parlamentares da base de sustentação, que aconteceu na casa de Maurício Picarelli (PMDB), na quarta-feira (25), e recomendou, ainda, "responsabilidade na apuração".

"O governador ressaltou que o que estiver errado é para ser investigado, mas para observarmos bem, termos cuidado com as provas, cautela. Ele não é contra a investigação, mas pediu para analisarmos todos os lados, não atribuir responsabilidade a quem não tem, principalmente porque é uma empresa nova", afirma o presidente da Casa, referindo-se à Energisa.

Marquinhos Trad propôs abertura da CPI com base em auditoria realizada entre 2010 e 2012, quando a concessionária de energia do Estado ainda era a Enersul, comprada pelo Grupo Energisa, que assumiu o comando da empresa em 2014.

O trabalho da PricewaterhouseCoopers, PwC Brasil, identificou um suposto golpe nas finanças da empresa, que nos dois anos teria desviado R$ 700 milhões. Cota de R$ 200 milhões, ainda segundo a checagem, teria parado no bolso de 35 políticos do primeiro escalão, seus apadrinhados e ex-deputados. A lista foi revelada por Marquinhos, que afirma não saber a relação de nomes, mas frisou que ter acesso ao documento é um dos principais objetivos da CPI.

MANUTENÇÃO

Teixeira paga conserto de bomba-d'água da Assembleia

Deputado preferiu usar recurso próprio a esperar por licitação

TAVANE FERRARESI
ZANA ZAIDAN

Por falta de água, deputados estaduais poderão ficar sem trabalhar o restante desta semana. Ontem, a bomba que faz a distribuição de água na Assembleia Legislativa rompeu, o que acarretou a falta do composto nos banheiros e bebedouros da Casa. Tal problema impossibilitou a continuidade dos serviços desempenhados na tarde de ontem e poderá, também, inviabilizar os trabalhos de hoje (1º).

Em razão da dificuldade em corrigir rapidamente o dano causado na bomba e contando com o ponto facultativo estabelecido para amanhã (2) – pelo feriado da semana santa –, os parlamentares serão afastados de suas atividades na Assembleia nos próximos dias.

Dono do cofre do Legislativo estadual, o primeiro-secretário da Casa, o deputado estadual Zé Teixeira (DEM), tentou resolver de imediato o problema de falta de água. Como era necessário abrir licitação emergencial para pagar o serviço de regularização do abastecimento, o democrata decidiu não esperar pelo procedimento administrativo e retirou do próprio bolso os R$ 3 mil necessários para pagar o conserto.

Mas a medida financeira tomada para apressar a volta da água na Assembleia parece não ter sido suficiente. Isto porque, segundo comentários dos bastidores, o problema ocorrido na bomba era mais sério do que se imaginava e poderia demorar mais tempo para ser normalizado. Diante disto, cogitou-se paralisar também hoje todas as atividades do Legislativo.

Até o fechamento desta edição, a ausência de sessão ordinária não foi confirmada. Amanhã, no entanto, o ponto facultativo já está estabelecido, como consta na publicação do dia 26 de março, no Diário Oficial da Assembleia.

ÁLVARO REZENDE/ARQUIVO

SOLUÇÃO. Zé Teixeira, primeiro-secretário da Assembleia, desembolsou R$ 3 mil para conserto